

Gazeta  
**Imperial**

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial Agosto de 2013 Ano XVIII Número 211 [www.brasilimperial.org.br](http://www.brasilimperial.org.br)

**CHEGOU A**

**REAL**

**DEMOCRACIA**

**PARLAMENTAR**

## Palavra do Presidente

# CONVITE

## Fundação do Partido

## RDP – REAL DEMOCRACIA PARLAMENTAR

Chegou a hora da fundação de um Partido Parlamentarista com ideais monarquistas. Contamos com a sua presença e a de seus amigos e amigas. Organize uma caravana para o grande evento monarquista do ano.

### Evento

CONGRESSO NACIONAL DA REAL DEMOCRACIA PARLAMENTAR

Data: 09 de Novembro de 2013 - sábado

Local: Câmara Municipal de São Paulo, Palácio Anchieta, Viaduto Jacareí, 100, centro da Capital paulista

### PROGRAMA

#### Primeira Parte

09:30 - Abertura

09:45 - Palestra Dr. César Maia – A Política atual e o Parlamentarismo Monárquico

10:30 - Coffee Break

10:45 - Reunião de fundação do RDP – Real Democracia Parlamentar

13:00 - Almoço

#### Segunda Parte

14:30 - Palestra - Sonir J. Boaskevicz, A Educação no Canadá

14:50 - Palestra - Ex-Deputado Antônio Henrique Bitencourt Cunha Bueno, Movimento Monárquico

15:30 - Discussão de grupo sobre o Fortalecimento do Movimento Monárquico

16:00 - Coffee Break

16:15 - Apresentação dos Relatores dos Grupos

17:00 - Palestra - Prof. Gastão Reis, Comentando os Trabalhos dos Grupos

17:30 - Fórum

18:00 - Encerramento

Faça a sua contribuição. Precisamos arrecadar R\$ 162.984,71, para pagarmos os custos iniciais para fundação do Partido.

O Depósito pode ser em uma ou mais vezes, desde te tenhamos esse valor até o dia 7/11/2013. Segue abaixo o orçamento.

Para termos uma prévia da arrecadação pedimos o favor de informar por e-mail o valor da sua contribuição, e em que data (s) vai fazer o depósito. Confirme-o por e-mail.

Deposito Identificado Bradesco  
Instituto Brasil Imperial  
CNPJ 00.649.568/0001-38  
Agencia: 0134  
Conta: 0071785-1

Despesas Preliminares para fundação do Partido  
Site e Organização da Fundação.....R\$ 15.000,00  
Diário Oficial, Estatuto.....R\$ 21.039,78  
Diário Oficial, Programa. ....R\$ 6.944,93  
Assessoria Jurídica da Fundação.....R\$ 30.000,00  
Assessoria Jurídica do Apoioamento... R\$ 40.000,00  
Sub-Total .....  
. R\$ 112.984,71  
Assessoria Jurídica, Registro no TSE....S 50.000,00  
Total.....R\$ 162.984,71

Com a vossa participação estamos realizando um sonho muito aguardado pelos monarquistas.

Saudações Imperiais.



**Antonio da Cruz**

Presidente do Instituto Brasil Imperial

Gazeta  
**Imperial**

A Gazeta Imperial é uma publicação do Instituto Brasil Imperial. Artigos, sugestões de reportagens, divulgação de eventos monárquicos e imagens podem ser enviados para [brasilimperial@brasilimperial.com.br](mailto:brasilimperial@brasilimperial.com.br)

### Comendador Antonio da Cruz

Presidente do Instituto Brasil Imperial  
[presidencia@brasilimperial.org.br](mailto:presidencia@brasilimperial.org.br)

### Alessandro Padin

Editor e jornalista responsável  
[alessandro\\_padin@uol.com.br](mailto:alessandro_padin@uol.com.br)

### Professor Celso Pereira

Revisão

IBI

# Fundação do Partido

## RDP – REAL DEMOCRACIA PARLAMENTAR

# PROGRAMA

RDP Programa Partidário página 1 de 14

REAL DEMOCRACIA PARLAMENTAR - RDP

Programa Partidário

Índice

A REAL DEMOCRACIA PARLAMENTAR – RDP	02
A NAÇÃO	03
O TERRITÓRIO	03
SEGURANÇA NACIONAL	04
FORÇAS ARMADAS	05
SERVIÇO PÚBLICO	05
JUSTIÇA	06
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	06
COMUNICAÇÕES	07
SAÚDE E PROGRAMAS SOCIAIS	07
ECONOMIA	08
EDUCAÇÃO	09
INFRAESTRUTURA	09
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	10
MEIO AMBIENTE	10
REFORMA POLÍTICA	11
SISTEMA ELEITORAL	12
FINANCIAMENTO DAS ELEIÇÕES	13

### REAL DEMOCRACIA PARLAMENTAR - RDP PROGRAMA PARTIDÁRIO

Movidos pela necessidade e desejo de garantir à nação brasileira o exercício da verdadeira democracia, brasileiros convencidos de estar trabalhando no interesse do povo apresentam o programa político do RDP, fundado em 09 de novembro de 2013. O RDP assume como missões prioritárias a salvaguarda dos direitos do povo brasileiro, a defesa e preservação da Nação e do Estado Brasileiro.

O RDP, partido político de orientação parlamentar por excelência, propõe e defende a introdução do sistema de Monarquia Parlamentar, no qual a função de Chefe de Estado é exercida por pessoa imparcial, sem vinculação e compromissos de nenhuma forma com partidos políticos e interesses alheios ao desenvolvimento sustentável da economia nacional.

O RDP propõe o sistema monárquico, democrático, parlamentar, voltado para um nacionalismo liberal e moderno, interessado em desenvolver mecanismos institucionais e gerenciais evoluídos, isentos de personalismo, como os experimentados em países reconhecidamente democráticos, que atingiram elevados índices de IDH, segurança, equilíbrio econômico e estabilidade política.

Na monarquia parlamentar, o Rei ou Imperador, pertencente a uma dinastia escolhida pela Nação, exerce, em caráter vitalício e hereditário, a chefia suprema dos destinos do Estado. Reservada, entretanto, ao Conselho de Ministros, eleito pelo povo e com sustentação parlamentar, a realização das tarefas de governo.

Há também a forma republicana de base parlamentar, em que o Presidente eleito exerce a chefia de Estado, e o Conselho de Ministros, o Governo. Sempre que se aguçam as pendências que os separam, como se vê a todo tempo, é sobre a Nação que repercutem os resultados negativos de seus conflitos.

No regime presidencialista exclusivo, o Presidente acumula a chefia do Estado e a chefia do Governo. Geralmente assediado por disputas eleitorais, o

Presidente é refém dos interesses irreconciliáveis das correntes em que se sustenta, falhando no cumprimento de ambas as funções que acumula. No sistema monárquico, o Chefe de Estado é um árbitro imparcial entre os poderes, garantidor das instituições, mandatado para promover a alternância do poder executivo dentro das regras Constitucionais estabelecidas. Está situado acima de paixões e partidos, tendo como função prestigiar a agremiação alçada por vontade popular para exercer o governo, enquanto corresponder aos interesses do povo que a elegeu.

O Primeiro Ministro, escolhido pelo Parlamento (Deputados e Senadores) dentre os membros do partido ou coligação que representar a maioria dos parlamentares eleitos, exerce a chefia do Governo. Se um partido não alcançar a maioria requerida por lei poderá fazer alianças com outros e formar o Governo. Sem acúmulo de funções em uma só pessoa, está apto a praticar a melhor formade Governo, dentro dos padrões inexcedíveis da verdadeira democracia.

### **A NAÇÃO**

A Nação se organiza como resultado do consenso entre todos aqueles que a formaram, a partir do grupo heterogêneo das populações originais e dos que aqui vieram, imigrantes em busca de oportunidades, ou conduzidos por contingências políticas, econômicas ou sociais a assim fazer, por aspiração própria ou indevidamente forçados. Todas essas correntes contribuíram para a formação de uma etnia variada, que deve ser orgulho nacional, sem distinções ou preconceitos.

As majorias terão o direito de prevalecer dentro dos limites da democracia, da lei, da justiça, da liberdade de opinião e da reverência aos direitos reconhecidos a toda a espécie humana. As minorias serão respeitadas em todos os aspectos de suas peculiaridades étnicas, garantida sua inclusão na sociedade, na medida necessária para evitar que a diversidade de suas origens, culturas, circunstâncias sociais e econômicas sejam obstáculo para sua integração total na vida nacional.

Os indígenas devem ser tratados como cidadãos brasileiros, receber educação escolar na sua etnia e cultura, com a assistência de professores devidamente preparados e qualificados. Sem prejuízo, entretanto, dos benefícios da cultura geral do país, deverão ter assegurada, dentro de critérios técnicos e científicos, a habitação em territórios tradicionais e a pratica dos seus costumes familiares.

### **O TERRITÓRIO**

O território brasileiro é patrimônio de toda a Nação brasileira, que exerce sua soberania integrando a terra firme com os espaços marítimos e aéreos. O Estado tem a missão indelegável de proteger e defender o território pátrio contra quaisquer tentativas internas ou externas, tendentes à secessão ou estabelecimento de enclaves, que motivem ou pretendam justificar a constituição de áreas apartadas da solidariedade nacional, ou regionalidades nocivas à integridade do território, constituindo ameaças à soberania nacional. A posse e propriedade da terra se cristalizam em formas de aquisição fundiária em que a população rural seja devidamente atendida em seus justos anseios. Isso porque as políticas de ocupação têm como objetivo o aquinhoamento dos que desejam fixar-se na terra para produzir, sem conflitos ou luta de classe. A reforma agrária causará um mapeamento das áreas disponíveis e aptas para a atração de quem realmente precisa de terra, com intuito de trabalhar em um formato cooperativista de agricultores familiares, com a assistência do Estado para a formação de pessoas treinadas e capazes de integrar-se no sistema produtivo do campo.

Para resolver o problema das terras indígenas é necessário que reservas grupais, de caráter étnico-social e econômico, sejam protegidas contra a intromissão de entidades adventícias e pressões para o acultramento forçado, que fere a individualidade, os marcos civilizatórios e espirituais das nações indígenas, dando a estas condições e estímulos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e pastoris, empregando métodos progressivamente compatíveis com o estágio de suas culturas, sem negar-lhes a assimilação aos benefícios da modernidade.

### **SEGURANÇA NACIONAL**

A segurança nacional apresenta diversos cenários, desde a forma tradicional, que interessa particularmente à proteção do território e das instituições, até a garantia da paz interna e da manutenção de um clima de ordem, de que necessita o conjunto da sociedade para promover suas atividades pessoais, sociais e econômicas.

Nesse sentido, incumbe a todos os setores da organização política do Estado a

nível federal, estadual e municipal, colaborar para que a segurança desejada pelos cidadãos seja uma realidade permanente, isenta de fraturas e hiatos criados por grupos infensos ao cumprimento dos deveres comuns de sociabilidade e obediência à lei.

Em apoio à cidadania permanentemente dedicada a seus afazeres, cabe ao Estado, através de seus representantes e funcionários, agenciar o cumprimento rigoroso da lei, atuando com rigor contra desvios e comportamentos infracionais, suscetíveis de desestruturar e inviabilizar o exercício da cidadania plena, e a permanente fruição dos direitos que lhe são consagrados na Constituição Federal.

Nesse sentido, a defesa do Estado contra atividades ilegais nos meios funcionais e empresariais atuará decisivamente na neutralização de organizações criminosas e seus sustentáculos financeiros, assim como no desmantelamento dos ambientes de corrupção, leniência, tolerância e impunidade dos agentes criminosos. O Estado terá presença total na persecução dos crimes econômicos pelos meios de inteligência e órgãos operacionais clássicos, capacitados para assegurar permanentemente o funcionamento do sistema democrático de governo.

### **FORÇAS ARMADAS**

As Forças Armadas são indispensáveis à garantia da independência do Brasil, tendo papel insubstituível no respeito à soberania nacional diante da comunidade internacional, na manutenção da integridade territorial e na preservação das liberdades democráticas.

Também lhes cabem a atribuição de defender a Pátria, a garantia das prerrogativas dos poderes institucionais, e, quando assim convocada pelos responsáveis constitucionais, manter a ordem interna e a lei e quando ameaçadas por inimigos externos ou internos.

Dotadas de instrumentos e tecnologia avançados, estarão aptas para cumprir sua missão em todos os pontos do território nacional onde se faça necessária sua presença, como ator decisivo ou coadjuvante com os demais instrumentos de ação do Estado na estratégia de prevenção e eliminação de ameaças morais e materiais à paz e ao desenvolvimento social e econômico do país.

### **SERVIÇO PÚBLICO**

O serviço público será estruturado em carreiras de Estado, de modo a criar uma burocracia de elevado nível cultural e moral, capaz de dar representatividade à atuação do Estado, oferecendo aos funcionários condições indispensáveis ao bem êxito de suas atividades, e elevando o conceito do Brasil quando atuando junto à comunidade internacional.

Na democracia monárquica parlamentar o funcionalismo é profissional e preparado, sua ascensão funcional assegurada por critérios de mérito e carreira, estruturados de modo a incentivar a iniciativa individual no aprimoramento constante do conhecimento e da eficácia na prestação do serviço que lhes compete, superando a conhecida ineficiência dos serviços públicos.

O RDP adota a dignificação do servidor público, admitido nos quadros mediante seleção em provas de conhecimentos e títulos, com direito a uma contínua requalificação, tanto por concurso interno para promoção horizontal como vertical, podendo assim chegar aos níveis mais altos das funções próprias das instituições em que trabalham.

### **JUSTIÇA**

O Estado encontra na Justiça o melhor instrumento de paz social, ao fazer prevalecer o império da lei, em regime de igualdade e ausência total de privilégios. Para isso, a sociedade dispõe de monumentos legislativos sob a forma de códigos, cujo aperfeiçoamento é a esperança de todos buscam na lei as regras de conduta, a salvaguarda de seus direitos e o balizamento e de suas obrigações.

Cumpra ao aparelho judiciário e seus elementos executivos, juízes, ministério público, promotorias, defensorias e servidores o constante aperfeiçoamento das instituições que os abrigam e lhes fornecem instrumentos expeditos e eficazes de ação, com a contribuição indispensável da advocacia. A intervenção conjunta de todos eles na agilidade da prestação jurisdicional é garantia do vigor da ordem democrática, pois a lentidão da Justiça desmoraliza a lei e concorre para a impunidade.

O RDP tem como objetivo criar condições para que a justiça se particularize e entregue com celeridade à coletividade a solução de suas demandas, uma promessa para uma sociedade dignificada e uma dívida para com os que sofrem a desigualdade que ainda aflige os marginalizados e aqueles a quem o Estado só reconhece como clientela e massa de manobra.



## **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Defendemos a manutenção de relações internacionais amplas, abertas e discutidas em igualdade de condições, o respeito aos tratados, a participação indispensável nos órgãos de deliberação mundial, em posição compatível com o status do Brasil na sociedade das nações, sem nunca abrir mão da soberania nacional.

As relações internacionais devem ser mantidas de forma isenta e sem qualquer forma de animosidade, com todos os países da Europa, Américas, África, Ásia e Oceania, mas sem perder de vista que no plano moral todos os países são detentores de direitos inalienáveis e sujeito de respeito a suas individualidades sociais, étnicas e culturais.

O Brasil deve sempre participar das discussões de temas globais, como a Paz, o Comércio e dos tratados Multilaterais e Bilaterais, tornando-se parceiro comercial de todos os países que desejem somar esforços para o bem comum de suas populações.

## **COMUNICAÇÕES**

O Estado protegerá os meios de comunicação como uma das suas prioridades, respeitando os direitos inalienáveis da cidadania à integridade de sua personalidade, consagrados na Constituição Federal. O direito de opinião, de manifestação do pensamento e seus corolários, baseados respeito da dignidade pessoal e no sistema judiciário como forma de correção de abusos e excessos, estarão amparados pela lei e encontrarão nos recursos tecnológicos sua mais ampla forma de expressão.

Ao enfatizar a liberdade de imprensa como condição fundamental para que as sociedades resolvam seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam sua independência, são condenadas quaisquer leis ou atos de poder que restrinjam a liberdade de expressão, seja qual for o meio de comunicação, conforme o enunciado de premissas básicas, entre as quais se destacam a liberdade de opinião, a busca indiscriminada de informação, a preservação das fontes e o direito à crítica sem temor de represálias.

O Brasil não abandonará os princípios da Declaração de Chapultepec, de 11/03/1994, que adotou na Conferência Hemisférica sobre liberdade de expressão, consolidando uma Carta de Princípios fundada em postulados essenciais ao regime democrático, e que constituem objeto de permanente observância e respeito por parte do Estado, suas autoridades e agentes, inclusive magistrados e Tribunais.

## **SAÚDE E PROGRAMAS SOCIAIS**

A saúde não pode ficar dependente de seguros e planos privados, já que, como obrigação do Estado, compete a este estender a prevenção das patologias e assistência médica a todos os cidadãos, e, de forma substancial às populações carentes. Medidas tentadas em tempos recentes, conduzidas de forma errática e sem horizontes animadores, têm sido simplesmente mitigantes de situações desesperadas. Na sua continuidade, contribuem para dar aos necessitados a sensação de total desamparo.

No Brasil dos nossos dias torna-se necessário criar políticas e mecanismos destinados aperfeiçoar os critérios de apropriação de renda, para que se produzam mudanças significativas nas estruturas sociais, deformadas por continuado descaso pelas consequências do crescimento populacional. Ao mesmo tempo, a descontrolada migração interna propiciou a formação de críticos bolsões de miséria, espelhados do norte ao sul por causas análogas e colaterais.

Desconsiderada como um dos fatores mais negativos para o progresso do país por sucessivos governos, eclodiram nas últimas décadas pungentes sintomas de desigualdade, que enodoam a sociedade brasileira. Por isso o interesse nos sistemas de promoção da melhor distribuição da riqueza do país, que deve ser assentada no progresso econômico como fator de oportunidade para as iniciativas geradoras de emprego e renda.

Uma vez que as chamadas ações afirmativas se têm caracterizado como pontuais, e gênese da exclusão de várias categorias de brasileiros, não por suas carências socioeconômicas, mas por preconceitos de cor e etnia, torna-se imperativo reconstruir o sistema de distribuição de renda em um modelo de inserção social, destinada a promover e incentivar a escolaridade e a preparação profissional, como mecanismo de resgate através do incremento à empregabilidade.

## **ECONOMIA**

A Nação exercerá plena soberania sobre seus recursos e riquezas naturais, incentivando as atividades econômicas com auxílio de uma regulamentação

saudável e adequada do uso dos capitais públicos e privados, internos e externos, protegendo a competição e a abertura de oportunidades para a iniciativa privada.

O Estado promoverá a cooperação internacional em matéria de ciência e tecnologia, considerando os interesses legítimos dos titulares de direitos comerciais e enfatizando os deveres destes para com a coletividade. Serão mantidas relações econômicas com todos os países, voltado para o conceito de interdependência, com preferências aduaneiras não discriminatórias e em bases de reciprocidade.

A participação do Estado na trajetória da economia brasileira é fundamental e deve contribuir com importante parcela dos investimentos necessários para a construção das bases em que se estabelece a industrialização do país. Esse esforço não pode ser estranho à manutenção de polos de desenvolvimento e melhoramento das funções que instrumentalizam as infraestruturas em geral, acarretando uma forte redução de custos e servindo como suporte ao financiamento externo das empresas privadas.

Sem dúvida, o apoio financeiro e fiscal do Estado é essencial à alavancagem de grandes projetos de empresas nacionais, ou à participação de empresas nacionais na estruturação de empreendimentos em setores básicos e/ou de tecnologia de ponta. Também é função do Estado dar apoio à transformação de pequenas e médias empresas em empreendimentos sustentáveis, por meio de financiamentos e outros meios de aporte de capital.

## **EDUCAÇÃO**

O desenvolvimento e independência de um país é consequência de um sistema de educação capaz de levar suas crianças e jovens, em estágios sucessivos, a uma formação superior. Sendo o conhecimento fator mais relevante que os recursos materiais nas pautas do avanço humano e tecnológico, este adquire importância cada vez mais relevante.

A oferta de educação básica de qualidade para todos depende prioritariamente das instituições públicas, na medida em que a estas compete a motivação e o estímulo aos profissionais do magistério. Para isso, o apoio público institucional e social é decisivo, todas as escolas devendo adotar currículos de aulas em tempo integral, garantindo às crianças e jovens ensino fundamental, médio de nível técnico e científico, que os prepare realmente para aproveitar as oportunidades no campo de trabalho.

A importância da universidade e dos centros de pesquisa para a produção de conhecimento, como vetor na empreitada de projetar a sociedade brasileira em direção a um futuro mais auspicioso e nivelar o País com as exigências e desafios do Século XXI, tende a ser cada vez mais a base do desenvolvimento científico e tecnológico, inseparáveis motores do dinamismo das sociedades atuais.

Daí a necessidade da expansão das universidades públicas para atender à demanda crescente das camadas mais carentes, mas é importante a contribuição do setor privado, que já oferece considerável parte das vagas na educação superior e tem um relevante papel a cumprir, desde que respeitados os parâmetros de qualidade estabelecidos pelos sistemas de ensino.

## **INFRAESTRUTURA**

O momento em que vivemos é crítico para a escalada do progresso e desenvolvimento em todos os setores da economia nacional, dado que as deficiências crônicas em termos de infraestrutura já não podem ser tratadas como projetos erráticos e sempre adiados, debitados a motivos desgastados por sua permanente repetição.

As rodovias, sistemas de geração, distribuição e transmissão de energia, portos, aeroportos, rodovias, sistemas e meios de telecomunicações, ferrovias, rede de distribuição de água, tratamento de esgoto, não recebem a atenção esperada pelas populações, enquanto as atividades que dependem da operacionalidade desses equipamentos deixam de oferecer à sociedade os bens e serviços reclamados por seus usuários.

A Infraestrutura do Brasil foi, durante algumas décadas, desenvolvida quase exclusivamente com investimentos públicos, hoje insuficientes para cobrir imensas áreas do território nacional. Em muitos casos, como o saneamento, após décadas de indefinições e apesar da Lei n.º 11.445/07, revela deficiências e carências como serviço público essencial, que se refletem no quadro dramático da distribuição de renda no país, já que grande parte dos municípios não recebe qualquer forma de assistência, com repercussões desoladoras na saúde dessas áreas.

Faz-se necessário tornar atrativo para o capital particular investir pesadamente em setores críticos da infraestrutura, como siderurgia, exploração e produção de

petróleo e gás e a indústria de derivados, resguardados os interesses coletivos, com parcerias entre os setores público e privado, e privatizações quando assim for indicado, em vista de promover, de modo satisfatório, o alargamento do mercado interno na esteira dessas ações de governo.

### **INDÚSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS**

O Estado deve instituir uma política industrial que enfatize as atividades de ponta, incentivando a produção industrial de alto valor agregado, pronta para concorrer com vantagem no mercado internacional. No setor de serviços, o Estado dará prioridade ao desenvolvimento daqueles que empregam modernas tecnologias de informação e comunicação, geradoras de empregos de qualidade e bem remunerados.

Ao mesmo tempo, indústrias tradicionais devem ser estimuladas com desonerações e novas formas de financiamento, para que ganhem eficiência e competitividade e continuem a fomentar as condições de pleno emprego e segurança dos trabalhadores.

As organizações sindicais agruparão produtores e trabalhadores em regime de liberdade, de modo legítimo, orientado para o aprimoramento das relações nos ambientes de trabalho e proteção dos direitos e interesses recíprocos, de forma harmoniosa e vigilante na defesa de princípios saudáveis de saúde, higiene e segurança laboral.

### **MEIO AMBIENTE**

A Amazônia brasileira é nossa, e deve ser tratada como tal. O Estado deve supervisionar toda ingerência de organizações internas, e sobretudo externas, para o que a presença de qualquer entidade científica, social ou religiosa nessa área deverá ser registrada e fiscalizada, visando impedir a atividade de agentes nocivos à soberania nacional.

Isso inclui o resguardo da biodiversidade da Amazônia, do Cerrado, da Caatinga, do Pampa, do Pantanal, da Mata Atlântica contra a atuação predatória de pessoas e organizações que não demonstram consciência de seu valor, não hesitando em exercer pressões contrárias ao interesse comum, voltadas mesmo para sua destruição. Nessa sequência encontram-se os desafios postos para a preservação de biomas e ecossistemas, e a viabilidade de iniciativas socioambientais autênticas e sustentáveis.

A presença do Estado nessas áreas requer ações bem planejadas e coordenadas, para estabelecer padrões de manejo e conservação, penalizando mais severamente a prática de intervenções indiscriminadas e, sendo o caso, fixar regiões de exclusão, onde se mantenha um critério de tolerância zero com queimadas e a ocupação predatória, de que resultam danos irreparáveis aos interesses do povo brasileiro.

### **REFORMA POLÍTICA**

O Brasil vê como uma necessidade inadiável a modernização do Estado, que o torne apto a desempenhar suas funções, dando aos cidadãos as condições de que necessitam para contribuir efetivamente na estabilização da Nação em seu conjunto social, econômico, étnico, social e moral. Em um quadro de apatia geral e desencanto com os homens públicos, política e político não inspiram as pessoas de bem.

A máquina do estado personificada no servidor público é que vai implantar os programas respaldados pela maioria nas urnas. No parlamentarismo não há oportunidade para nomeações de caráter sectarista, desvirtuando o aparelho do Estado com a formação de máquinas políticas a serviço de interesses partidários.

O Parlamentarismo tem um histórico afirmativo como sistema de governo, havendo provado sua validade desde o século XIII. Hoje, o parlamentarismo é adotado em grande parte dos países mais adiantados do mundo.

O sistema parlamentar de Governo fortalece os partidos e devolve ao povo a fé na política e nos políticos. Preocupado em aperfeiçoar a democracia, o RDP nasceu parlamentarista, e se propõe trabalhar para reverter o resultado do plebiscito de 1993, onde, por falta de esclarecimento ao povo, o parlamentarismo não encontrou o reconhecimento de suas características e qualidades como fator de estabilidade e equilíbrio político.

O RDP não aceita os rumos antidemocráticos em a república presidencialista enveredou, como o autoritarismo, o personalismo, a corrupção impune de autoridades públicas, o desrespeito generalizado às leis, a desmoralização do Congresso, a desorganização dos partidos, a concentração de poderes formais e informais no Executivo. Tudo isso desilude o eleitor, semeia a instabilidade política e acentua o risco da volta de soluções autoritárias.



## SISTEMA ELEITORAL

A reforma política deverá abordar pontos críticos da forma de consulta ao eleitorado, desde a arregimentação eleitoral até as várias modalidades técnicas de escolha dos candidatos para a composição dos corpos congressuais. Ao ser eleito um governo, também é eleito um programa defendido em campanha eleitoral.

O sistema de eleições em vigor, que adota o método proporcional com lista aberta, propicia a deputados federais a obtenção de votações expressivas, os quais são assim avalizados como “puxadores de votos”, conduzindo ao parlamento um número de pessoas menos votadas que os concorrentes de outros partidos, por força do chamado quociente eleitoral. Contingentes de eleitores são levados a votar em um determinado candidato, mas seus votos são destinados a eleger um estranho, às vezes de outro partido, terminando por não saberem quem, afinal, são “seus” representantes.

Esse sistema não somente enfraquece os partidos como estabelece um distanciamento crescente entre o eleitor e seus escolhidos, gerando dependência dos candidatos em relação aos “grandes eleitores” – empresas, sindicatos, igrejas, grupos econômicos ou políticos capazes de financiar, direta ou indiretamente, legal ou ilegalmente, campanhas cada vez mais caras.

No sistema proporcional com lista fechada ou preordenada, o eleitor vota somente no partido, e não em um candidato. Dessa forma é criada a possibilidade de manipulação das eleições por cúpulas partidárias, que controlam as convenções e decidem autoritariamente, e por motivos não transparentes, a ordem dos candidatos na lista, determinando quem terá chance de ser eleito.

No sistema distrital majoritário, cada distrito elege um representante. No sistema distrital misto, metade dos representantes é eleita por distritos majoritários e metade por lista partidária. Qualquer dessas formas é preferível ao sistema proporcional vigente, porque identifica a representação política com um local determinado, seja uma grande cidade ou um grupo de municípios, reduzindo a distância entre representantes e representados.

Entre tantas alternativas, o RDP entende que o sistema distrital aproxima o povo do seu representante, reduz drasticamente o custo da eleição, permite o controle da atividade parlamentar, o acompanhamento da fidelidade às promessas de campanha, e enseja o “recall” dos que houverem decepcionado seus constituintes. Os partidos encontram ocasião de radicalizar-se por todo o país, fortalecendo-se sem submissão a caciques ou “máquinas” partidárias.

## FINANCIAMENTO DAS ELEIÇÕES

No contexto em que se discute o financiamento público e privado, candidatos e eleitores passam a considerar como, quanto e para qual partido serão dedicadas as contribuições para as campanhas. O que se debate no momento é o peso das verbas públicas destinadas pela lei e daquelas estabelecidas por grupos de interesse agrupados em lobbies.

A questão do financiamento das campanhas eleitorais trata da existência de uma forma bastante evidente de intervir na política. Sendo o custo das campanhas eleitorais extremamente elevado, seria suficiente financiar a campanha de um candidato para gerar benefícios futuros a favor do grupo financiador.

Em resposta a essas controvérsias e diversas outras questões sobre a corrupção nos meios políticos, congressistas vêm estudando a modificação da lei eleitoral, ora propondo o fim do financiamento privado, ora determinando o financiamento exclusivo por dotações orçamentárias públicas.

Ao proibir o financiamento privado, pretende-se evitar a assimetria nas condições de disputa entre os diversos partidos, com exclusão da intervenção do poder econômico nos rumos das políticas adotadas pelo governo. Parte da opinião formada na sociedade, entretanto, conclui que o uso de recursos públicos para o financiamento das campanhas, aumentando a dotação orçamentária para fundos partidários, oneraria ainda mais os contribuintes. Por outro lado, alguns parlamentares consideram que a distribuição dos recursos do fundo partidário dificilmente será regulada por um sistema justo e equitativo, sendo ainda improvável o banimento completo da interferência privada, por ser inevitável impedir a promoção de algum partido ou candidato pela mídia.

Conclui-se que o financiamento das campanhas eleitorais não deve admitir a participação de governos e pessoas jurídicas, nacionais ou estrangeiras, e outras entidades associativas de qualquer tipo e natureza, inclusive igrejas e sindicatos. Apenas os cidadãos poderão contribuir, dentro de limites fixados por lei. Os Tribunais Eleitorais fiscalizarão, assim, mais facilmente o destino dessas verbas, dando-lhes total transparência para conhecimento geral.

Artigo

# Três problemas do conservadorismo brasileiro



**Felipe Melo**

Publicado no site [midiasemmascara.org](http://midiasemmascara.org)

Para qualquer pessoa que tenha mais de dois neurônios em bom funcionamento e os utilize com alguma frequência, não é nenhuma novidade saber que qualquer um que ouse adotar uma opinião contrária ao mainstream sofre na carne – às

vezes, literalmente – as consequências de tal ousadia. O patrulhamento ideológico, que se generalizou naquilo que convém chamar de “politicamente correto”, é exercido diuturnamente em todas as esferas da vida humana, de sorte que, hoje em dia, é praticamente impossível não ser lembrado de que algumas opiniões e posturas

devem ser convenientemente trancafiadas num cofre e lançadas no fundo do mar em nome do bom-mocismo.

No entanto, por mais que grupelhos alinhados ideologicamente com as gangues mais sangrentas do pedaço – não importa se nunca promoveram, realmente, um derramamentozinho de sangue: o fato de Hobsbawm ter

apoiado os massacres stalinistas sem nunca ter tomado parte deles fazia do ilustríssimo historiador, na melhor das hipóteses, um genocida potencial – reinem em nossa vida cotidiana quase sem serem questionados, não são esses grupelhos, ou as respectivas gangues originárias, muito menos a massa informe de inocentes (ou idi-



otas) úteis por eles cooptada, que representam o real perigo para os conservadores. O maior perigo para os conservadores são... eles mesmos. Não que haja algum problema intrínseco ao fato de ser conservador, evidentemente. No entanto, há sim um problema em ser (ou em se dizer) conservador em um lugar como o nosso Brasil varonil. Na verdade, há três problemas principais, e todos eles estão relacionados aos próprios conservadores.

O primeiro problema é o ativismo estéril. Existe uma certa ânsia muito típica do brasileiro em suprir uma curiosa necessidade existencial: sentir que está fazendo alguma coisa útil quando, no fim das contas, trata-se apenas de muito barulho por nada. Um exemplo muito curioso disso é o último fetiche tupiniquim: os protestos-que-começam-pacíficos-mas-sempre-terminam-em-quebradeira. Levados por uma vontade incontável de preencherem suas existências vazias e sacudirem a letargia da rotina, uma verdadeira manada de gente bisonha acorreu (continua fazendo-o) para as ruas sob a ilusão pueril de estar mudando o Brasil. Isso já era esperado – volto aqui a me referir às pessoas que usam seus dois neurônios, que fique claro. O que é realmente de impressionar é que alguns ditos conservadores – para não me referir a outros setores da “direita”, essa coisa que, exceto a intelligentsia, ninguém sabe o que é – compraram a idéia de que os protestos fossem um indício de que o “gigante” tivesse “acordado” e apoiassem essas vergonhosas exposições públicas de vadiagem e indigência mental.

O segundo problema é a tentativa de emular os revolucionários. E sejamos francos: alguns ditos conservadores de redes sociais (e que, pelo visto, não fazem mais nada da vida além de fuçar em redes sociais) chegam à beira do ridículo em seu esmero para macaquear trejeitos, jargões e conceitos praticamente imortalizados

pela caterva marxista. Chega-se ao absurdo de se imitar até mesmo a generalizada burrice das mais novas gerações da esquerdalha, que, ao contrário dos velhos comunistas ortodoxos e dos primeiros gramscianos, não se preocupam em ler sequer as obras revolucionárias básicas. Não há, por parte dessas pessoas, nenhum tipo de esforço, por menor que seja, em tentar compreender as origens da situação periclitante em que vivemos, nem sinal de que entendam que, antes de mudar uma situação, é preciso conhecê-la bem.

O terceiro problema é, na minha humilde opinião, o pior de todos: a covardia. Enquanto o ativismo e a macaqueice podem ser controlados a contento com um bom choque de realidade – meia dúzia de palavras pedagógicas no melhor estilo Olavão, por exemplo – e doses periódicas de vida intelectual, a covardia é um mal mais ou menos profundo e arraigado que representa o sucesso prático da doutrinação e da patrulha. E por que ele é o pior dos três problemas? Porque ele significa que o dito conservador desiste de antemão de fazer o certo e reconhece a inevitabilidade de seu fracasso. A covardia do dito conservador brasileiro é a asunção, tácita ou não, de que não adianta nada tentar resistir

ao tsunami vermelho que tem devastado o País há décadas, que lutar pelos valores basilares da civilização – luta que só encontra seu real começo na observação, análise e compreensão da nossa realidade – é inócuo, que a guerra cultural já está perdida e só nos resta uma “retirada honrosa”. Há quem chame isso de prudência. Eu chamo isso de pusilanimidade, fraqueza, poltroneria, frouxidão.

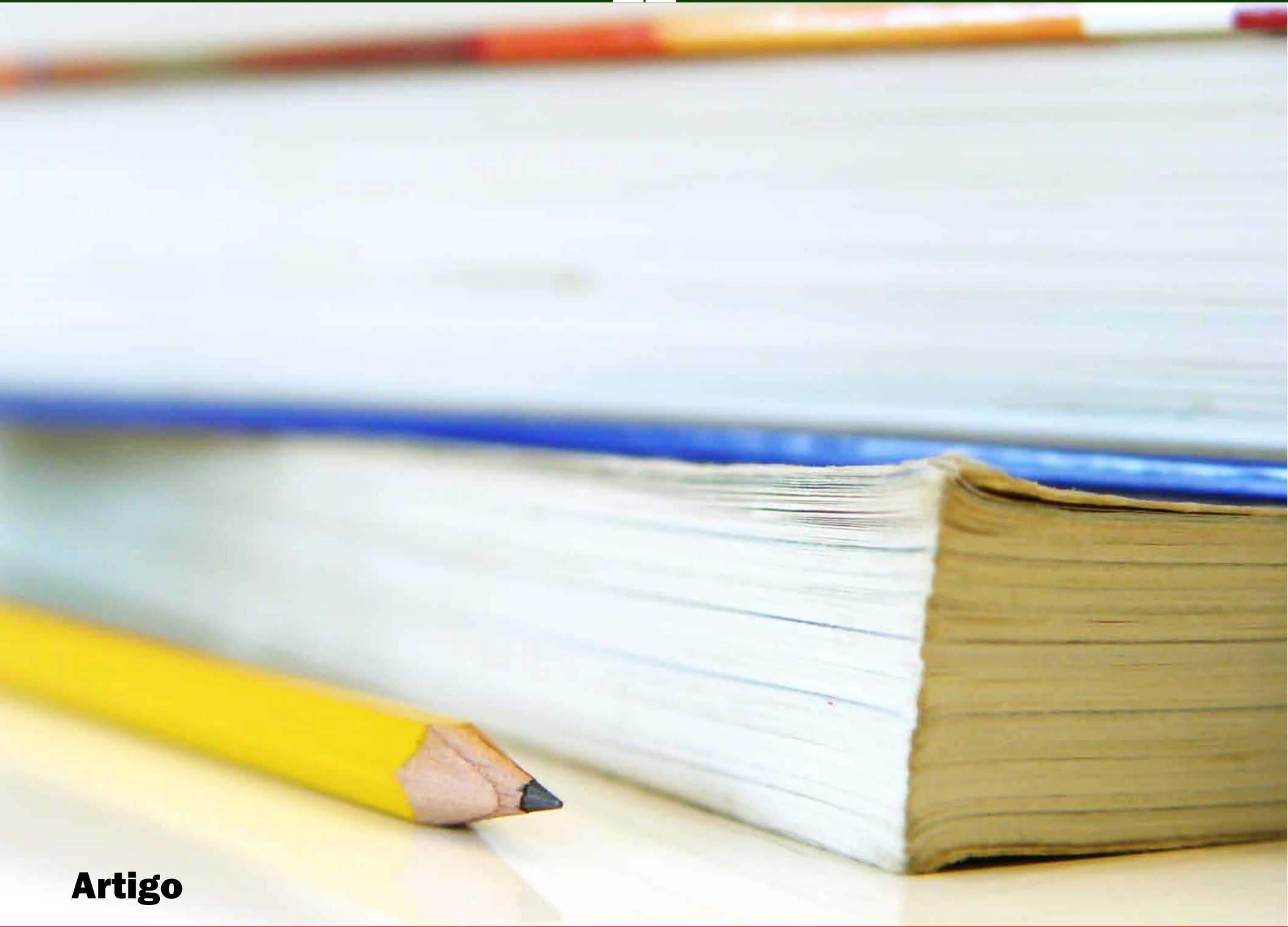
A quantidade de ditos conservadores que se empenha na criação de grupelhos virtuais para despejarem ali toda a sua justa indignação é muitíssimo superior àquela de pessoas que tem verdadeira preocupação em estudar os problemas brasileiros, compreendendo suas origens, seu desenvolvimento e, coeteris paribus, seus possíveis desdobramentos futuros. Menor ainda é o número de pessoas que, investidos dessa preocupação, resolvem romper a ensurdecida espiral do silêncio e se arriscam de diversas formas para poder ajudar outros a compreenderem onde estamos, porque tudo chegou a esse ponto e como podemos mudar. Essas pessoas têm dedicado um bom pedaço de suas vidas – não raro, toda sua existência – a fazer com que se rompa a hegemonia ideológica e cultural perversa sob a qual vivemos,

não em troca de qualquer prêmio ou recompensa, mas movidas por basicamente um sentimento: a defesa da verdade.

O pior que podemos fazer com essas pessoas é idolatrá-las como se fossem gurus iluminados, seres míticos que ousaram roubar o fogo dos deuses em benefício de nós, meros mortais. É exatamente isso o que a caterva revolucionária faz com seus falsos profetas, prestando a essas figuras sinistras um culto que em quase nada deve ao sacrifício de Moloch. Um legítimo conservador não se presta a nenhum culto de personalidade; ele sabe que a melhor maneira de honrar essas pessoas que admira é ler seus trabalhos, ouvir suas palestras, divulgar sua produção intelectual e, a exemplo deles, também alcançar um nível de compreensão da realidade que lhe permita, dentro de seu pequeno raio de atuação, resgatar outras pessoas da espiral do silêncio.

Enquanto não abandonar seu ativismo, sua macaqueice e, sobretudo, sua covardia, o dito conservador brasileiro continuará a ser o que sempre foi: carne para o moedor revolucionário. Ao contrário dos outros, será um pedaço de carne consciente de que está a caminho do triturador e que, em grande medida, aceitou isso como seu destino inexorável.

**Monarquista, anuncie o seu produto ou serviço neste espaço**



## Artigo

# Falta de Educação: Câncer sem cura no Brasil?

**José Serrão**  
Editor do Blog [alertatotal.net](http://alertatotal.net)

Hoje, 25 de Agosto, é dia do Soldado. Ontem, 24 de agosto, foi o Dia da Infância. Em uma ótica otimista, infanteria e infantes, teriam bons motivos para comemorar. Nossos Colégios Militares são o melhor exemplo do que poderia e deveria ser a escola de qualidade para formar nossas crianças e jovens. O paradigma a ser seguido valeria para as escolas públicas e também para as privadas. Pena que o modelo correto não interessa ao corrupto sistema de poder.

Infelizmente, o Brasil é uma pílula pronta e sem graça em termos educacionais. Salvo raríssimas exceções, os governantes e políticos, nas esferas federal, estadual e municipal, adoram jogar para a plateia quando o assunto é Educação (ou saúde e infraestrutura). Nosso consciente coletivo imbecilizado também é abduzido pela falsa demagogia capimunista de que Educação tem de ser pública e gratuita. Como se existisse algo grátis nas relações econômicas de troca... E como se tudo tivesse de obedecer ao dirigismo estatal.

Tal ilusão nos custa cada vez mais caro. O Brasil não prioriza a formação de qualidade no ensino básico – que poderia contar com uma sinergia entre o poder público e a iniciativa privada, contando com a efetiva participação de alunos, professores e pais no sistema de gestão escolar. Não se trata do falso democratismo pluralista, calcado no assembleísmo para tudo decidir, mas na fiscalização constante da gestão da escola (pública ou privada), a partir da transparência. Qual o custo verdadeiro de um aluno? A escola onde seu fil-

ho estuda (pública ou privada) te abre essa caixa preta? Não abre! Todo mundo sabe que Educação não é barata. Mas por que custa tão caro? E quem efetivamente, paga a conta? Quem perde com o ensino ruim é o indivíduo e, por extensão, a sociedade – o cliente final da escola, do ensino fundamental à faculdade. Mas quem ganha com a ineficiência do nosso sistema educacional? Os inimigos reais do Brasil faturam alto! O governo petista, por alguma conveniência, coloca a carroça na frente dos burros. Prioriza o custeio do ensino superior,

através de bolsas (Prouni) e financiamentos (Fies). Por que o governo não usa o mesmo sistema (Banco do Brasil e Caixa) para custear a educação básica e fundamental de qualidade? Por que o cidadão-eleitor-contribuinte não tem liberdade para ter um custeio economicamente viável para o filho e filha estudarem em uma instituição particular (como ocorre com as faculdades)?

Quinta-feira passada, a máquina de propaganda petista levou a Presidenta Dilma da Silva ao SESC Vila Mariana, em São Paulo, onde milhares de jovens a aguardavam. A festança foi para comemorar a barreira ultrapassada de 1 milhão de contratos do Financiamento do Ensino Superior. Embalada pelos fiéis bancados pelo Fies, Dilma decretou que sua meta é chegar a 6 milhões de financiamentos. Logicamente, os investidores do ensino superior, negócio cada vez mais concentrado e comandado por players transnacionais, amaram a promessa da Dilma. Uma universidade sem inadimplência, com muito dinheiro em caixa, e cada vez mais

cheia de alunos, é a nona maravilha do mundo. Basta racionalizar as despesas de custeio para garantir mega-lucros ao negócio.

Já ficou evidente que o Fies será um dos motes da campanha reeleitoral de 2014. Aparentemente, é bom pra todo mundo. Tempos depois de formado, o aluno paga a conta, a juros baixos. O Fies vale a pena, sem dúvida. Aparentemente, agrada a gregos e baianos, sem distinção. Das bolsas-voto do governo, o Fies parece o que produz um resultado social mais significativo, muito além da mera demagogia paternalista.

O recurso antecipado à universidade viabiliza qualquer empreendimento de expansão. No ar, fica sempre o risco de alguma futura inadimplência. Mas como o dinheiro veio do banco público (de economia mista), nada se perde, tudo de ganha, e o eventual prejuízo acaba socialmente diluído.

Só cabe perguntar de novo: por que tal sistema não foi implantado antes no ensino básico? Por que um “Fieb” não veio antes do “Fies”? A resposta é enig-

mática... Será que tem petralha tirando vantagem do financiamento? Será que tem mensaleiro investindo nos negócios de expansão, fusão e aquisição no ensino superior, junto com sócios transnacionais, e os milhões antecipados do Fies ajudam a custear tais operações?

A resposta a estas perguntas deve ser um não rotundo... Mensalão só existe na Teoria do Domínio do Fato que condenou pobres pessoas inocentes – que ficaram riquíssimas na vida política por mera obra divina do acaso... Os nossos poderosos de plantão costumam ser mais honestos que a amante do Imperador... E ainda temos o Ministério da Educação Capimunista para nos salvar da inguinoranssia...

Sorte nossa! Deus é Brasileiro... Então, pouco importa se o Diabo comanda o governo... Vamos focar na pegada do diploma, que está pago previamente, e subir de status. No País dos Bruzundangas – como bem escreveu Lima Barreto em um livro fantástico de realismo -, o negócio é ter status e posar de sabido da história no País que

sempre cultuou os bacharéis que sabem falar javanês como ninguém no universo...

É por isso que os gringos dão risada da nossa cara... Felizmente, não há nada que um escravizado “médico” cubano não possa nos salvar – igual fizeram com Hugo Chávez, completamente curado por eles... Pena que os médicos formados na Ilha da Fantasia do Fidel não vão trabalhar ou dar plantão no Sírio-Libanês. Já pensou se eles receitassem ao enfermo tomar um litro de morrito para curar o câncer no pulmão direito...

Resolveriam bastantes problemas do Brasil, numa talagada só... A desgraça é que câncer político não tem cura... Nem com mistura de rum, com hortelã e limão... O mais triste é que falta de Educação também não parece ter... Ou tem?

Enquanto persiste a dúvida cruel, o Brasil paga e pagará ainda mais caro pela deficiência educacional histórica... Nossa piada é sem graça... Deve ser por isso que muita gente boa prefere ficar em silêncio obsequioso assistindo ao carnaval da Ditadura dos Grupos...

Assim é Dilmais...

**Monarquista, anuncie o seu produto ou serviço neste espaço**



## Entrevista

# “Se eu não sou dono do fruto do meu trabalho, eu sou escravo do estado”

### Rural Centro

Nascido na França em 1941 por conta do exílio da Família Real, o atual príncipe imperial do Brasil, Dom Bertrand de Orleans e Bragança, mudou-se para terras tropicais ainda criança e foi criado em uma propriedade rural no Paraná. Formou-se em Direito pela USP em 1964, mesmo ano em que foi instituído o Estatuto da Terra, que regula até hoje as relações fundiárias no país.

Dom Bertrand iniciava, então, uma carreira voltada para a defesa da propriedade privada e da livre iniciativa de produtores rurais e empresários. Atualmente, é porta-voz e coordenador do movimento Paz no Campo, legado do trabalho do cientista jurídico e social Plínio Corrêa de Oliveira que combate o que denomina de ‘movimento agrorreformista socialista, confiscatório e anticristão’.

Além de manter um blog vinculado ao site do Movimento Paz no Campo, como escritor Dom Bertrand lançou recentemente o livro *Psicose Ambientalista*, no qual desmistifica a ideia de que o progresso é inversamente proporcional à sustentabilidade ambiental. Em entrevista exclusiva à Rural Centro, Dom Bertrand alerta para os problemas que uma reforma agrária, tal qual pregam os movimentos sociais, pode trazer à economia e pede conhecimento e união dos agricultores para que revertam, através da opinião pública, as leis do governo federal que regem a atividade.

Leia, abaixo a entrevista, em

Dom Bertrand de Orleans e Bragança

# PSICOSE AMBIENTALISTA

Os bastidores do ecoterrorismo para implantar uma "religião" ecológica, igualitária e anticristã

2ª edição



INSTITUTO PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA

que Dom Bertrand detalha seu ponto de vista sobre os objetivos dos movimentos sociais que pedem a reforma agrária.

**Rural Centro: Por que o combate à reforma agrária em defesa ao direito de propriedade?**

Dom Bertrand: Porque é a garantia da liberdade. Se eu não sou dono do fruto do meu trabalho, eu sou escravo do estado. A definição mais curta e precisa que eu conheço de propriedade é do Papa Leão XIII, que diz que a propriedade é o resultado do trabalho acumulado. Dia após dia eu vou acumulando esse algo a mais e assim eu compro roupa, automóvel, casa... O direito de propriedade é natural, que antecede ao Estado.

**RC: O senhor afirma que reforma agrária é indício da imposição de um sistema socialista. Quais são as razões para acreditar nisso?**

DB: A reforma agrária é um passo essencial para isso. Em todos os países em que o comunismo se impôs, sistematicamente o primeiro passo é a reforma agrária. Assim foi na União Soviética, em Cuba, na China e em todos os outros países. O motivo é destruir a propriedade porque dentro dela existe uma certa ideia de soberania do proprietário. Mas isso é, na verdade, uma garantia de liberdade, que os comunistas acabam combatendo e destruindo.

**RC: Quais são os problemas historicamente relacionados à implantação do socialismo?**

DB: O grande problema é o seguinte: ou você acredita em Deus e respeita o próximo ou transforma o Estado em Deus. O Estado passa a fazer o papel de Deus e tem a pretensão de regulamentar tudo. Os socialistas têm a pretensão de regulamentar a vida das pessoas até os mínimos detalhes, acreditam que o que resolve são as leis. Nós afirmamos que não! Existe

o direito natural, que resulta da boa ordem de Deus na criação. É um direito igual ao direito à vida. Eles não são concedidos pelo Estado. Ao Estado cabe garanti-los.

**RC: Existem outros direitos fundamentais que seriam inibidos com uma possível mudança no sistema?**

DB: O resultado é uma camisa de força, em que não se respeita a propriedade privada, nem a livre iniciativa. Onde não há livre iniciativa, inibe-se a capacidade criativa de um povo, que se torna submisso. Nós somos a favor da livre iniciativa, da propriedade privada e de um terceiro princípio fundamental, que é o princípio de subsidiariedade, sob o qual um órgão superior não deve fazer o que um inferior é capaz de fazer por si. Ora, nós temos hoje exatamente o contrário. Nós temos um Estado que tem a pretensão de regulamentar de cima pra baixo, dirigir e fazer de tudo, além de querer assumir a direção da economia. Qual o resultado? Um desastre!

**RC: O pedido pela reforma vem de uma crença em uma sociedade igualitária. Como o senhor a enxerga?**

DB: Duas coisas precisam ser distinguidas em matéria de igualdade. Uma é a essência da natureza humana, que todos têm. A essência da natureza humana é a mesma, a sua e a minha. Somos filhos de Deus e animais racionais. Mas nas competências nós somos diferentes. Como jornalista, você tem vários privilégios que eu não tenho. É justo! Eu sou advogado e tenho privilégios que você não tem. É justo também! A beleza da sociedade está no respeito a essas desigualdades, que devem ser necessariamente harmônicas e hierarquizadas, proporcionais e complementares. Na livre iniciativa, as coisas tendem a se acertar assim.

**RC: E por qual razão a reforma agrária está histórica-**

**mente relacionada a uma revolta socialista?**

DB: Tem uma série de documentos comunistas que dizem por que buscam sempre a reforma agrária. São citações de comunistas, mas é uma utopia. De toda forma, o ideal é fazer um país em que sejam todos iguais. Não deve ser assim. Imagina se todos fossem repórteres. Quem ia ler os jornais? A beleza está na harmonia, nessa complementariedade. Para entender isso, é preciso compreender que cada um de nós tem uma vocação diferente.

**RC: Esses movimentos sociais acabam ganhando apoio da sociedade de uma forma geral. É preciso reverter este processo?**

DB: Está havendo uma reversão. A União Soviética caiu como um castelo de cartas porque era profundamente antinatural. Na questão da reforma agrária, hoje mesmo pessoas ligadas ao governo reconhecem que os assentamentos viraram favelas rurais. Vão dizer que precisamos de uma forma na reforma agrária? Não, senhor! Respeite a propriedade privada porque a reforma foi o fracasso mais estrondoso da história do Brasil. Quase todos os assentamentos dependem dos programas de assistência do governo porque nem para a própria subsistência são capazes de produzir. Isso acontece porque não têm vocação para a terra. É preciso que haja condições para que as pessoas sejam capazes de comprar suas terras.

**RC: Quais são os principais erros de quem defende a reforma no campo e mudanças sociais?**

DB: Eles são incoerentes porque pregam uma coisa e não conseguem viver de acordo com aquilo. Não adianta querer forçar o curso natural das coisas. Se havia lugares em que as diferenças não eram harmônicas entre os profissionais, esses eram os países comunistas. Todos os líderes comunistas tinham priv-

ilégios. Leonid Brejnev, que era Secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, tinha a maior coleção de automóveis do mundo. Ou seja, em tudo são incoerentes. Se você não respeita a ordem natural, inevitavelmente cai em incoerência.

**RC: Que mensagem o senhor passaria a quem defende esses movimentos?**

DB: Todas as pessoas têm livre arbítrio. Se escolher pelo caminho errado, é responsabilidade de cada um. As consequências, quem primeiro vai sofrer, é ele próprio. No Brasil, quanto está custando a reforma agrária? Um artigo do Xico Graziano (engenheiro agrônomo e ex-secretário da Agricultura e do Meio Ambiente de São Paulo) mostra que cada família de assentados custa à nação 100 mil reais. Isso só para assentá-los. Depois, o governo tem que sustentar, uma vez que não são capazes de subsistir. Esse é um peso para a nação. Para tanto, tiram recursos que poderiam ser empregados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que representam um setor responsável em grande parte pelo nosso progresso. Estão matando a galinha dos ovos de ouro para alimentar a raposa.

**Rural Centro: Apesar dos percalços, o agronegócio brasileiro continua batendo recordes de produção e exportação. Por quê?**

Dom Bertrand: Porque o fazendeiro é um herói. Isso acontece apesar de toda a perseguição que ele sofre pelo governo, com a reforma agrária, questão indígena, trabalhista, quilombola e ambiental. É uma perseguição contra o agricultor. Apesar disso, ele continua. Por quê? Porque ele gosta de sua terra. Nós que trabalhamos próximos ao setor sabemos que o agricultor gosta da terra, é a vocação dele.



**RC: E qual deveria ser a imagem do produtor rural para a sociedade?**

DB: Ele é um benfeitor. Os alimentos no Brasil nos últimos 20 anos caíram pela metade do preço, estão proporcionalmente 50% mais baratos. E apesar de toda crise econômica mundial, o país está passando por momento de estabilidade por causa do agronegócio. O Brasil tem alimentado seu povo e, para se ter uma ideia do que seja a produção no Brasil, tem um dado da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) que afirma que estamos produzindo alimentos pra um bilhão de pessoas. Um bilhão de pessoas! Quer dizer, nós comemos 1/5 da nossa produção e exportamos 4/5. Graças a isso, o Brasil está sobrevivendo, mas é apontado como um grande vilão, o grande predador da natureza.

**RC: O senhor teme pelo momento em que o agronegócio sucumbirá?**

DB: Eu tenho medo que em um certo momento haja uma asfixia sobre o agricultor, mas tenho esperança de que se reverta esse quadro. Quer dizer, estamos lutando pra isso. Eu publiquei esse livro (Psicose Ambientalista) e temos vários outros para unir esforços junto ao Instituto Plínio Corrêa de Oliveira. Nós temos publicações sobre questão indígena, quilombola, trabalhista, reforma agrária. São vários livros publicados que fazem parte da nossa campanha sob a denominação de Paz no Campo, que visa dar segurança jurídica ao agricultor, revertendo essas leis.

**RC: A legislação que rege o agronegócio é inapropriada?**

DB: Essas leis são absurdas. A legislação trabalhista no campo é absolutamente impossível de ser respeitada. É surrealmente detalhista. O código florestal está na mesma situação. Segundo ele, todos os agricultores brasileiros, de uma forma ou de outra, são criminosos. Paira

uma Espada de Dâmocles sobre a cabeça do agricultor.

**RC: Que responsabilidade o agronegócio tem para a sociedade hoje?**

DB: O agronegócio está salvando nossa economia e é apontado como sendo o vilão. Nós apontamos que não, que é um herói. E, segundo nossa visão, é o jardineiro de Deus. Você conhece a expressão “as joias são as netas de Deus”? São chamadas assim porque as safiras são feitas pelos filhos de Deus, lapidadas pelos homens. O homem é o jardineiro de Deus. Essa região, até pouco tempo atrás, era tomada pelo Cerrado. Chegando aqui de avião, e já viajei por terra também, percebo que está cultivado. Outra dia eu viajei de Dourados até Ponta Porã (ambas cidades do MS) de avião, enxergando uma boa parte da fronteira do Brasil com o Paraguai. A gente vê do lado de cá tudo desenhado, é o primeiro mundo. Passando a fronteira, onde não há cultivo, parece, de cima, o terceiro mundo. As fazendas são maravilhosas.

**RC: Ainda assim o produtor rural, sobretudo o grande produtor, é visto por parte dos movimentos sociais como um opressor. Por que razão isso acontece?**

DB: São as lutas de classes marxistas. Ele põe uma classe contra a outra constantemente. Nós defendemos o contrário, que deve haver harmonia. Na minha infância e juventude, em que eu passei grande parte do tempo no campo, a harmonia era extraordinária. Eram inúmeros empregados que vieram de Minas Gerais com a roupa do corpo para trabalhar e anos depois conseguiram comprar suas terras. Hoje são fazendeiros, essa é a realidade. Em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, principalmente, ver o que os gaúchos fizeram é excepcional. Em Sinop, Lucas do Rio Verde, em Sorriso... Aquilo é primeiro mundo. Quem fez não foi o Es-

tado, foi o próprio pessoal, que migrou com a cara e a coragem.

**RC: Quando se encontra com produtores rurais, o que diz a eles sobre as adversidades que enfrentam?**

DB: Eu mostro a realidade, porque ainda não se tem noção geral de que existe essa conspiração contra o produtor rural. Nós temos várias publicações mostrando a realidade de modo objetivo. Na questão ambiental, o Brasil é apresentado como sendo grande vilão. Não tem nenhum fundamento. Sobre o aquecimento global, os cientistas dizem que o clima é cíclico. Tem períodos mais quentes e mais frios. Houve um período muito mais quente na história, por exemplo, na Idade Média. Qual é a origem do nome da Groenlândia? Era a Greenland, terra verde. Havia agricultura, pecuária, cidades, era uma região próspera. Ela foi descoberta antes da América. Hoje em dia é só gelo.

**RC: Quais outros exemplos comprovam essa ciclicidade do clima?**

DB: No norte da Inglaterra se plantavam videiras, era uma região conhecida pela produção de vinhos. Hoje não tem mais nada porque o mundo esfriou. É natural e é cíclico. O homem é muito pequeno pra influir na natureza. É muita pretensão achar que vai mudar a questão das explosões solares, clima, etc. Fala-se muito também sobre a poluição de automóveis, das indústrias. Dos automóveis, a pior consequência é a liberação de dióxido de enxofre. Bom, duas erupções vulcânicas no século XX lançaram mais dióxido de enxofre na atmosfera que toda a Revolução Industrial desde o Século XIX até hoje. Você deve ter visto esse poder há pouco mais de dois anos, quando um vulcão na Islândia tossiu um pouco e parou todo o hemisfério norte. Depois de poucos meses, no Chile, outra erupção parou todo o sul do Brasil, a Argentina e o próprio Chile.

**Rural Centro: Quando e como essa realidade adversa ao agronegócio mudará?**

Dom Bertrand: O primeiro passo é as pessoas tomarem consciência dessa realidade. As pessoas não conhecem. Uma vez que tomem consciência, deverão passar efetivamente a pressionar a opinião pública sobre o governo, buscando reverter a legislação. Basta uma pressão de opinião pública pra reverter o quadro, sobretudo dos agricultores. Eles têm que unir forças.

**RC: Hoje falta união entre os produtores rurais?**

DB: Falta, mas o problema é que tem tantas leis que pesam sobre ele (produtor) - leis fiscais, trabalhistas, questão ambiental - que a vida dele virou um inferno. Ele não tem tempo de pensar em coisas maiores. Eu tenho insistido para que tomem consciência dessa questão e que saibam lutar contra essas leis injustas. Eu confesso que me irrita vendo boletins dessas associações de classe que a cada lei nova que aparece fazem uma série de publicações sobre como adaptar-se a ela. Deviam dizer “Não, vamos combater a lei!”. Por que a esquerda pode combater o direito de propriedade, e mais uma série de leis boas que eles querem derrubar, para inverter essa situação e nós, que defendemos o direito de propriedade, que é a ordem natural, não vamos combater leis que não estão de acordo com nossa demanda?

**RC: Qual seria o cenário ideal para o agronegócio prosperar?**

DB: O que seria da agricultura brasileira se o governo não atrapalhasse? Só não atrapalhasse! O agronegócio pujante não foi o governo quem fez. O produtor é que foi lá! Nesse caso, só o Brasil seria capaz de alimentar o planeta. Tranquilamente. Para ter uma ideia do que seja o potencial do Brasil, eu sou do Paraná e conheço bem seus quatro cantos. O Paraná tem 1/3 de

agricultura, 1/3 de pecuária, 1/3 de cidades, florestas, capoeiras, etc. O estado tem 2,3% do território nacional, portanto tem 0,8% do território nacional para a agricultura. Esses 0,8% do território nacional é responsável por 20% da produção nacional. Aí você tem uma ideia do que seja o potencial desse país. O Mato Grosso do Sul, por mais que seja um estado agrícola, tem a parte cultivada com relação ao território total muito pequena.

**RC: Existe um potencial agrícola brasileiro ainda adormecido?**

DB: Eu estive há uns dias em Minas Gerais, em uma cidade chamada Unaí. A cidade hoje tem o primeiro PIB agrícola do estado, com mais de 700 pivôs centrais, embora cultive apenas 30% de seu território. 70% ainda está para cultivar. Acontece que Unaí tem a sexta maior produção como município de todo o país. E observe que a cidade tem apenas 90 anos. No sistema de plantio feito por lá, é possível fazer até três colheitas por ano na mesma terra. Aí dizem: “vai esgotar a terra”. Não esgota. Para isso, coloca-se adubo. Sabendo cultivar, não esgota. Na Europa, trigo e cereais são plantados nas mesmas terras há dois mil anos e não houve nenhum desastre ambiental. Por isso eu digo: o homem é o jardineiro de Deus.

**RC: Quais são os dados que comprovam que a agricultura se desenvolve com sustentabilidade?**

DB: Segundo dados da Embrapa, 69% da nossa vegetação originária está intacta. Na Amazônia, especificamente, 86%. É também graças ao agricultor que o alimento é 50% mais barato do que era há 20 anos. Ele é um opressor ou um benfeitor? O que eu acho impressionante é que quando a gente apresenta essa realidade, as pessoas dizem “eu não sabia, vocês têm razão”.

**RC: O senhor acredita que basta a informação para esclarecer e convencer as pessoas de que o agronegócio é bom para o país?**

DB: A mola propulsora é o conhecimento. Estamos fazendo uma campanha de demonstração da realidade objetiva. Mas não é só educação. Tem também uma questão ideológica. Não adianta educar a ler publicações comunistas. Tem que ser colado na realidade.

**RC: Em geral, o argumento é de que os alimentos vêm da agricultura familiar, que difere da feita pelos grandes produtores.**

DB: Não é verdade. Pequenos, médios e grandes vivem em harmonia. Para produções em escala, precisa ser o grande produtor. Claro que ninguém vai cultivar uma fazenda de mil hectares só com alface. Isso não quer dizer que os proprietários de pequenas fazendas

não sejam grandes. Como mencionei, quando estive em Unaí, conheci um sitiante de 20 hectares que, plantando alface, ganha mais de R\$ 1 milhão por ano. Há muito equívoco nesta matéria. Tem certas coisas que precisam ser feitas em pequenas propriedades. Mas se precisa plantar soja, tem de ser em grande escala, porque tudo é mecanizado. Ninguém vai plantar soja para colher manualmente, bater o pé de planta para retirar os grãos, como era antigamente.

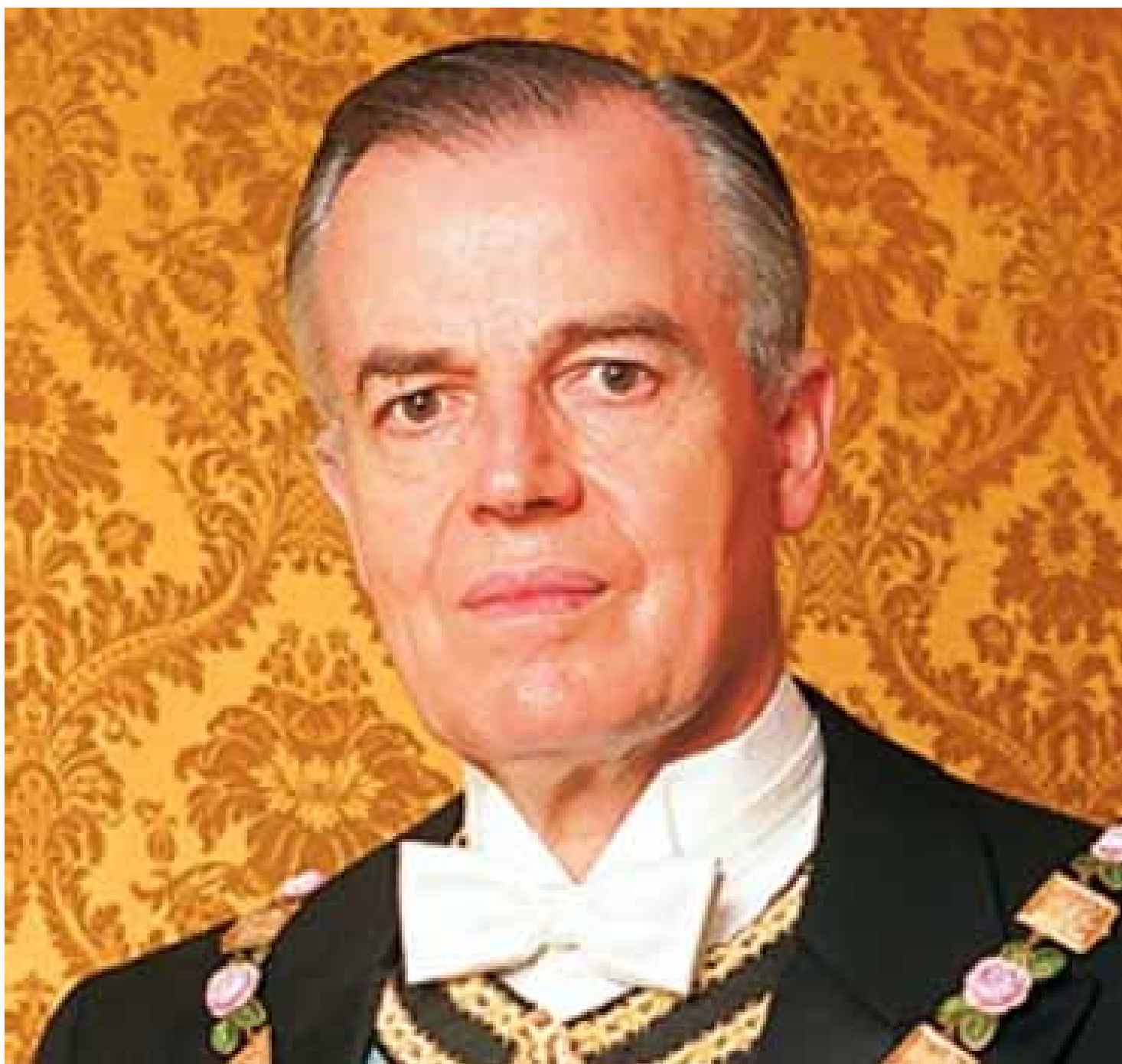
**RC: Qual seria o pior dos cenários para o agronegócio brasileiro?**

DB: Imagina se fizessem mesmo a reforma agrária, transformando o Brasil em um tabuleiro de xadrez, todo dividido igualmente pela reforma. Qual seria o estímulo para o produtor crescer? É uma questão de liberdade. Se o produtor for bom no que faz, seu rendimento cresce. Mas se for incapaz, ele não prospera

e outro compra sua área. Assim foi a vida inteira, em toda a história da humanidade.

**RC: Qual mensagem o senhor deseja passar através de seu trabalho à frente do Movimento Paz no Campo e em livros como “Psicose Ambientalista”?**

DB: Que os agricultores brasileiros tomem consciência da realidade, de que não são vilões, mas heróis. São jardineiros de Deus que foram chamados a continuarem alimentando e enriquecendo o povo brasileiro. E devem fazer com que o nosso país responda também ao chamado para ser celeiro do mundo. O Brasil sozinho poderia alimentar o planeta. A missão do governo não é fazer regras, não é fazer leis. É estimular, orientar, coordenar. Não mais que isso. Não interferir. Eu estudei direito e em uma das primeiras classes da faculdade se ensinava aos futuros advogados um adágio latino: “Pessimis respublica, plurimae leges, ”, quanto maior o número de leis, pior o Estado.







## **11 de agosto de 1827**

**Instalação dos primeiros cursos jurídicos no Brasil pelo imperador Pedro I, ano em que foram abertas as faculdades de Direito de São Paulo (atual Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo) e de Olinda (atual Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco).**